

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

TAISSE DIAS GUIMARAES SOUZA

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NOS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL DA
FUNDAÇÃO BRADESCO.**

Goiânia
2008

TAISSE DIAS GUIMARES SOUZA

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NOS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL DA
FUNDAÇÃO BRADESCO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Garbelini.

Goiânia
2008

SOUZA, Taísse Dias Guimarães.
S729p Práticas informacionais nos projetos de inclusão digital da Fundação Bradesco de Aparecida de Goiânia/ Taísse Dias Guimarães Souza. 2008.
57f.

Inclui bibliografia.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2008
Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Garbelini.

1. Informação e Cidadania 2. Inclusão digital I. Título.

CDU 002.6

TAISSE DIAS GUIMARES SOUZA

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NOS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL DA
FUNDAÇÃO BRADESCO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel, aprovado em _____ de _____ de _____, pela banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Garbelini
Universidade Federal de Goiás

Andréia Pereira do Santos
Universidade Federal de Goiás

Eu dedico este trabalho Primeiramente ao meu Senhor Deus, que tem me dado vida e me sustentado, ao meu marido pelo seu amor, compreensão e incentivo, a minha amável mamãe que me deu muito apoio e carinho, as minhas irmãs a quais eu amo muito, a todos da minha família e os meus amigos e amigas que me ajudou e acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e todas as pessoas que de alguma forma contribuíram na elaboração e no desenvolvimento deste trabalho, agradeço as minhas amigas de Faculdade Luanna Matias, Leusimar, Lorena e Fran Rodrigues que me ajudou em todos os momentos. Não poderia deixar de citar a minha amável orientadora a quem devo este trabalho Maria de Fátima Garbelini, pois sem ela tudo seria mais difícil. Agradeço também ao grupo de pesquisa Informação e Cidadania pelo apoio e ajuda.

"Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível." São Francisco de Assis

RESUMO

O estudo realizado mostrou a relação entre a informação e a cidadania, que transcorre na questão das novas tecnologias e inclusão digital, analisou as práticas informacionais e práticas de cidadania. Utilizou-se como campo de pesquisa os projetos de inclusão digital da Fundação Bradesco de Aparecida de Goiânia. A revisão de literatura concentrou nos aspectos conceituais de Informação, cidadania e Inclusão digital. Realizou-se uma pesquisa de campo com três entrevistas com os ex-alunos da Fundação Bradesco com o intuito de investigar as habilidades tecnológicas; Informação para geração do conhecimento no exercício pleno da cidadania e avaliação da Fundação Bradesco. Relacionamos a informação num contexto de conscientização de direitos dos indivíduos para apossar da verdadeira cidadania. Por isso considerou que o não acesso à informação dificulta o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Informação. Cidadania. Inclusão digital. Fundação Bradesco

ABSTRACT

The study showed the relationship between information and citizenship, which transcorre the issue of new technologies and digital inclusion, examined the practices and informational practices of citizenship. It was used as a research field of digital inclusion projects of the Bradesco Foundation of Aparecida de Goiania. The literature review focused on conceptual aspects of information, citizenship and digital inclusion. There was a field research with interviews with three former students of the Bradesco Foundation with the aim of investigating the technological skills; Information for generation of knowledge for the full exercise of citizenship and evaluation of the Bradesco Foundation. Relate to information in a context of awareness of rights of individuals to hold the true citizenship. Therefore considered that the non-access to information impedes the full exercise of citizenship.

Keywords: Information. Citizenship. Digital inclusion. Bradesco Foundation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OBJETIVOS	12
2.1.	OBJETIVO GERAL	12
2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3	DADO, INFORMAÇÃO E O CONHECIMENTO	13
3.1.	INFORMAÇÃO E CIDADANIA	15
3.2	PRÁTICAS INFORMACIONAIS	19
4	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	24
4.1	INCLUSÃO DIGITAL	26
4.2	LETRAMENTO DIGITAL	30
5	FUNDAÇÃO BRADESCO	32
5.1	FUNDAÇÃO BRADESCO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	34
5.2	MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIANIA	34
6	ESTUDO DE CASO PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL DA FUNDAÇÃO BRADESCO APARECIDA DE GOIÂNIA	37
7	METODOLOGIA	39
8	RESULTADOS E DISCURSÕES	41
9	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIA	50
	APÊNDICE- A- QUESTIONÁRIO PARA OS EX-ALUNOS	54
	ANEXO- A PORCENTAGEM DOS ALUNOS DA FUNDAÇÃO BRADESCO E EVASÃO ESCOLAR NOS ULTIMOS ANOS	56
	ANEXO- B RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO NA FUNDAÇÃO BRADESCO BRASIL	57

1 INTRODUÇÃO

A realidade que estamos inseridos nos mostra um cenário de constante mudanças e profunda transformação. Ao observar o percurso histórico da humanidade vemos as três revoluções que mudaram substancialmente a sociedade. A primeira foi na área agrícola, prendendo o homem na terra logo após dominar conhecimentos de sua fase nômade. A segunda, na área industrial onde o indivíduo produzia bens para o coletivo contrapondo a cultura de produção artesanal e familiar. E a terceira é a revolução informacional, no campo da informação e do conhecimento, marcada com volume de produção e velocidade do fluxo de informação. Gerando profundas mudanças na forma de pensar, estudar, trabalhar, se comunicar e em todo o modo de viver em sociedade que também é uma revolução tecnológica seguida da Revolução Industrial.

Diante dessa explosão informacional onde existe muitas informações relevantes também desnecessárias, o homem é levado assimilar e a reconstruir um grande volume de informações, Os desafios dos profissionais da informação são de gerenciar essas informações e torna-lo insumos para geração do conhecimento. E o conhecimento constitui-se em cidadãos independentes e participantes, e sendo assim, difícil de ser constantemente manipulado. Entendemos que o acesso a informação pode proporcionar a autonomia necessária ao verdadeiro exercício da cidadania.

A questão da inclusão social, em que se insere a inclusão digital é, na atualidade, tema recorrente no discurso de políticas públicas do governo, nas pesquisas em universidades, na literatura especializada da área das ciências humanas e sociais, nos debates da sociedade civil. A alfabetização, a capacitação no uso de tecnologias de informação e de comunicação em meio digital, incluindo a Internet, são apenas o primeiro passo para possibilitar a inserção do indivíduo na cultura digital. Sua inserção definitiva, eficaz, só se dará quando ele também for capaz de apreender o sentido da informação, se revelar apto a fazer associações de significados, interpretá-los e transformá-los em conhecimento a ser utilizado para promover mudanças na realidade que o cerca.

O foco principal desse trabalho é a investigação das práticas informacionais do projeto de inclusão digital da fundação Bradesco e como acontece a formação do conhecimento, e se a informação difundida é relevante e se tem tornado insumo

para o conhecimento. A revisão de literatura concentrou mais nos aspectos conceituais de Informação, Cidadania, Novas Tecnologias e Inclusão digital e letramento digital.

Diante do exposto, esta proposta estrutura-se a partir da seguinte questão central: Como se dá a transferência das práticas informacionais na relação Fundação Bradesco e comunidade usuária?

Desdobrando a questão pergunta-se

Os centros de inclusão digital da Fundação Bradesco existem a informação qualitativa e relevante que leva o indivíduo a uma autonomia e a geração de conhecimento?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar a existência das práticas informacionais nos projetos de inclusão digital, como se dá o processo de transferência do conhecimento para a capacitação plena do exercício da cidadania.

2.2 Objetivos específicos

- Analisar a existência de ações e práticas informacionais nos projetos de inclusão digital da Fundação Bradesco de Aparecida de Goiânia;
- Demonstrar o conhecimento sobre práticas informacionais;
- Estudar o tema cidadania e informação.
- Levantar, relacionar e conhecer os projetos da Fundação Bradesco.

3 DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

É importante definir o conceito de informação, pois vamos discorrer sobre a importância da informação para geração do conhecimento, que se tornou imprescindível nesta sociedade da informação. Para que o conhecimento aconteça é necessário que entendamos o caminho deste processo que envolve dado, informação e conhecimento.

Para Setzet (2001) o dado é definido como um seguimento de símbolos quantificados. Portanto, o autor afirma que o dado é um texto, fotos, figuras, sons gravados e animação, pois todos podem ser quantificados. Os dados podem ser totalmente apresentados de formas estruturadas e formais. Sendo que podem ainda ser armazenados em um computador. O processamento de dados em um computador limita-se exclusivamente a manipulações estruturais dos mesmos, e é feito por meio de programas. Estes são sempre em funções matemáticas.

Segundo Coelho e Dou (2000), dados podem ser entendidos como soma de números que podem aparecer em várias situações como em um resumo estatístico, no balanço de uma grande empresa, os sinais eletrônicos emitidos por um satélite de comunicação. Geralmente estes dados só têm muito valor para os especialistas. Mas o que é mais importante não é o conjunto de dados em si, mas sim o conteúdo de informações que pode ser extraídos através deles. Miranda (1999) afirma que o dado é a conjunto dos símbolos qualitativos ou quantitativos conhecidos que, uma vez organizado, agrupado, classificado e uniformizado adequadamente, transforma-se em informação.

A informação é o direito legal do interior de uma pessoa ou ser recebida por ela. Pode estar relacionada a uma percepção interior ou pode ser recebida como a representação simbólica dos dados sob forma de textos, figuras, som etc. A representação em si, de um texto, figuras ou som, equivale apenas aos dados. Ao ler um texto, o indivíduo pode absorvê-lo como informação e como consequência pode levá-lo a compreensão (SETZET, 2001).

Miranda (1999) define a informação como dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão. Para Valentim (2002), o termo 'informação' possui as seguintes características:

- Considerada como um quase sinônimo do termo fato;
- Um reforço do que já se conhece;
- A liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem;
- A matéria-prima da qual se extrai o conhecimento;
- Aquilo que é permutado como mundo exterior e não apenas recebido passivamente;
- Definida em termos de seus efeitos no receptor;
- Algo que reduz a incerteza em determinada situação (VALENTIM, 2002, p.2 apud MCGARRY, 1999, p.30).

Já o conhecimento é subjetivo e pessoal, algo que foi experimentado, vivenciado por alguém. Setzet (2001) diz que o conhecimento não pode ser descrito e não depende apenas de uma interpretação pessoal, como a informação, pois requer uma vivência do objeto do conhecimento. A informação pode ser inserida em um computador por meio de uma representação em forma de dados, mas o conhecimento não é sujeito a representações e não pode ser inserido em um computador. Para o autor, o conhecimento sempre está relacionado com a prática, com a pragmática, ou seja, com a experiência direta.

A informação convergida para o exercício da cidadania possibilita ao homem compreender sua vida em sociedade, ampliando sua visão de mundo e, então, chegando ao conhecimento. Assim, entendemos que o conhecimento tem um sentido mais profundo que o de dado e informação. O conceito de conhecimento é discutido por vários autores. Para Silva (2007, p.25), conhecer é um processo de assimilar, compreender e internalizar as informações recebidas. Trata-se, portanto, de um processo cognitivo. Para Davenport e Prusak:

“o conhecimento é uma mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual e ‘insight’ experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores” (DAVENPORT E PRUSAK, 1998, p.6-7).

Silva (2007 apud Moresi, 2001) ressalta que o conhecimento não é estático; ele modifica-se por meio da interação com o meio ambiente e é nomeado como uma ação de aprendizado. O conhecimento pode ser classificado em dois tipos: tácito e explícito. O explícito é o que conseguimos comunicar em linguagem formal e sistemática, é o conhecimento que pode ser documentado em livros, manuais, portais ou transmitido através de correio eletrônico ou por via impressa” (SILVA, 2007, p.26). Já o conhecimento tácito, de acordo com Silva (2007), é contrário ao explícito, é o que temos no nosso interior, mas do qual não somos conscientes. É pessoal, adquirido através da prática, da experiência, dos erros e dos sucessos.

Difícil de transmitir de maneira formal, envolve fatores que não palpáveis como, por exemplo, crenças pessoais, cultura, perspectivas, valores, entre outros.

O conhecimento é uma empreitada de sujeitos, capazes de aprender e de apreender o aprendido, sendo que o alicerce deste processo é a informação, que constrói o conhecimento e a consciência da importância de sua existência. (BRITO NETTO, 2006, PAULO FREIRE, 1985, p.27-28). Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção.

Com isso, entendemos que o conhecimento só pode existir quando o homem for um sujeito autônomo e não sujeito transformado em objeto. A diferença entre os dois é que o primeiro tem a liberdade de apreender segundo sua realidade de mundo, o que possibilita um conhecer mais apurado e profundo. Já o sujeito transformado em objeto é aquele que, condicionado a pensar apenas o que lhe fora dado ou imposto, fica à mercê de um conhecimento superficial que não vai ao encontro da sua realidade de mundo. O grande desafio é disseminar a informação, torná-la acessível, oferecer ao homem condições de ser sujeito autônomo na obtenção de conhecimento e, conseqüentemente, mais cidadão.

3.1 INFORMAÇÃO E CIDADANIA

A informação pode ser entendida em uma versão mais ampla. “A informação é um elemento que provoca transformação nas estruturas”, (ARAÚJO, 1998 apud BROOKES, 1980, p.209-221). Quando um conjunto de informações é enviado para uma pessoa consciente baseado em código compreensível tanto para o emissor quanto para o receptor, essas informações podem ser interpretadas; e quando estas forem utilizadas na solução de um determinado problema, a pessoa gera o conhecimento. A autora diz ainda que “informação é uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, pode provocar transformações nas estruturas, pois geram novos estados de conhecimento”. É

também uma palavra que vem do latim, do verbo “*informare*”, que possui o sentido de dar forma, colocar em forma, criar, reproduzir, construir uma idéia ao uma noção. Ela pode ser entendida como maneira de dar sentido.

Carvalho (2001) diz que, nesta sociedade, podemos interagir através de conversas e imagens, simultaneamente no mundo inteiro, mesmo nos lugares mais distantes através do computador e da rede mundial de comunicação. Isso mostra como o desenvolvimento da tecnologia da informação é capaz de modificar todo o pensamento político, intelectual, cultural e social de uma população. A informação é considerada um fator essencial para essas transformações.

A autora mostra uma análise que identifica que a desinformação e o índice de analfabetismo ainda são muito grandes, aumentando, portanto, as desigualdades sociais. O direito à informação continua ainda a ser privilégio de uma classe minoritária e dominante. A classe popular, oprimida e submetida a uma vida subumana, precisa ter consciência da sua realidade para criar o desejo de liberdade e de lutar pelos seus direitos, concretizando a idéia de cidadania.

Segundo Araujo (1988), a conscientização é um processo pelo qual o indivíduo compreende a realidade na qual está inserido, o mundo e as estruturas que o cercam. O homem é apto a reagir a essa realidade e assumir o seu destino e dos seus semelhantes com autonomia, sempre lutando e buscando melhores condições de vida. Quando toma consciência de que está sendo oprimido e começa a busca da liberdade de expressão/ação, passa, então, a reivindicar seus direitos de cidadão.

Entretanto, para se obter uma consciência crítica não é fácil, pois esta não é dada natural e espontaneamente; ela está relacionada com o acesso à informação, que exerce função de ponto de partida para compreensão, a busca por direitos e a formação da cidadania. De fato, é através da leitura que se faz da informação e da captação de sua mensagem um processo que conduz à conscientização e à cidadania.

Em Targino (1991), a palavra cidadão deriva da noção de cidade que, por sua vez, é procedente do latim *civitas*, que corresponde ao grego, *polis*, entendida não apenas como aglomeração de habitantes, mas também como unidade política independente. Cidadania pode ser compreendida enquanto proporção pública da participação dos homens na vida social e política. A autora diz que Alfred Marshall

cria uma espécie de igualdade humana, sugere uma concepção de participação integrada da comunidade. Essa concepção integra três elementos importantes:

- Elemento civil, que são os direitos à liberdade individual, liberdade de imprensa, liberdade de pensamento e de fé; direito à propriedade, à justiça, à liberdade de ir e de vir; liberdade de associação, liberdade de intelectual, artística, científica e de comunicação;
- Elemento político, o direito de participar no exercício do poder político como membro investido de autoridade pública ou como eleitor dos membros de tal organismo;
- Elemento social que envolve o direito ao bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Na verdade existem várias possibilidades de abordagem do conceito de cidadania. Para esta análise, nos fundamentaremos no contexto de cidadania na era contemporânea. Para Vieira (1997), na concepção moderna de cidadania, o homem é sujeito de direitos não apenas como cidadão, mas também como homem, enquanto que, na antiguidade, o homem não possuía direitos ou condição de cidadão. Isso diferencia a cidadania moderna da cidadania antiga.

Entretanto, a cidadania moderna enfrentou três grandes problemas. O primeiro foi a construção do estado, separando instituições políticas e sociedade civil. Nesse aspecto se encontra também o aumento da população, muito maior do que nas repúblicas antigas. O Segundo problema é o regime do governo. O ideal republicano que só se realizava em governos democráticos ou em governos mistos onde há certo tipo de arranjo entre a aristocracia e a democracia. Já o ideal republicano da modernidade em sua maioria possuía governos monárquicos e aristocráticos.

O Terceiro problema refere-se aos valores inerentes às civilizações antigas. A sociedade da antiguidade era pagã, politeísta e escravagista. Nela, os direitos humanos são inexistentes. E isso fica incompatível com os princípios cristãos de dignidade e igualdade dos homens perante a Deus. Com os direitos do homem, que surgiram no século XVIII, parte fundamental das revoluções Americanas e Francesa, essas questões obrigaram os modernos a redefinir cidadania. Segundo nos aponta Targino (1991), esses elementos de Marshall se fundem ou se confundem,

distanciam-se ou desaparecem, de acordo com as circunstâncias históricas de cada povo.

A cidadania, então, é um *status* concedido àqueles que são elementos integrais de uma comunidade. Nesse sentido, cidadania refere-se a um conceito de igualdade, uma vez que todos os que possuem esse *status* são iguais no que diz respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Mas, contrariamente à idéia de igualdade que a cidadania sugere, a estratificação social, que concede o *status*, é um sistema de desigualdade que se acentua e se agrava no sistema capitalista TARGINO (1991).

Segundo ressalta Demo, cidadania é o processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com habilidades de criar e efetuar um projeto próprio de desenvolvimento social. (ARAÚJO, 1998, apud Demo, 1992, p.17). A autora conclui que o resultado dessa luta pela cidadania é poder gozar plenamente de direitos civis, políticos e sociais, ou seja, é, por exemplo, ter direito a emprego e salário que garantam uma vida digna e acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade.

Para Britto Netto (2006), a informação possibilita ao homem construir-se cidadão, sujeito necessário e indispensável para o processo democrático. Isso significa que se trata de uma construção humana, que se realiza na história. O estudo dos movimentos sociais é que vai revelar o indivíduo se transformando em cidadão, pela construção da consciência política e pelo aperfeiçoamento de um espaço público democrático.

Mas a conquista da cidadania vai se dar somente no instante em que o indivíduo for capaz de desenvolver suas próprias competências. Sua reflexão se encaminha para a articulação entre informação/conhecimento e o processo de construção de competências cognitivas, que vão constituir uma sólida base para a estruturação e o funcionamento da democracia. Esta interface se afigura cada vez mais evidente e óbvia, quando se considera a competência individual que se forja na história. Fica evidente que é necessário encontrar e entender os variados níveis de competência do indivíduo, quando desafiado ao exercício da política. Sobretudo, é desafiador e urgente a possibilidade de determinar os fatores responsáveis pela construção e constituição destes níveis de competência individual (BRITTO NETTO, 2006 p.103).

Segundo o autor, a constituição dos níveis de competência individual perpassa a educação e a informação, elementos que se tornam essenciais para a geração do conhecimento, que, por sua vez, é um fator importante para organização

social. Educação e informação podem fazer do indivíduo um cidadão, o homem-sujeito na construção de sua história. É este processo de construção da cidadania que alimenta o projeto de edificação da democracia. O autor acrescenta que a cidadania está no centro de uma percepção moderna de democracia. Assim, entender a real grandeza do espaço de sua realização torna-se fundamental, porquanto perpassa a reflexão sobre o papel desempenhado pela informação, seja no plano dos meios formais de comunicação, seja no universo da comunicação interpessoal ou de outras formas de conhecimento.

Araújo (1999, p. 2) considera que a construção da cidadania transcorre, necessariamente, da questão do acesso e uso de informação, pois o empoderamento dos direitos políticos, civis e sociais depende, fundamentalmente, do livre acesso à informação, da ampla divulgação e circulação da mesma e, ainda, da busca por uma comunicação em que se obtenha uma discussão crítica sobre diferentes pontos da sociedade no sentido de oferecer oportunidades para todos os cidadãos. Diante disso, a autora afirma que o “não-acesso à informação ou ainda o acesso limitado ou o acesso a informações distorcidas dificultam o exercício pleno da cidadania”. O exercício da cidadania plena só é alcançado quando os indivíduos se tornam leitores, tornando-se conscientes e apropriando-se da informação como matéria-prima para geração do conhecimento.

3.2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO EXERCÍCIO DE CIDADANIA

Segundo Araujo (2001), práticas sociais de informação são fundamentais, pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam consciência de seus direitos e deveres e, a partir daí tomam decisões sobre suas vidas, seja em nível individual ou coletivo. Para a autora, a construção da cidadania ou das práticas de cidadania passa, necessariamente, pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos como de direitos civis e sociais depende, fundamentalmente, do livre acesso à informação sobre tais direitos, de uma ampla circulação e disseminação/comunicação de informação sobre os mesmos e de uma discussão crítica do contexto social em questão. A autora ressalta também que o não-acesso à informação dificulta o pleno exercício da cidadania. Assim, a informação deve ser vista como um bem social e

um direito coletivo como qualquer outro, sendo tão importante como o direito à educação, saúde, moradia, justiça e tantos outros.

Percebemos na literatura consultada que, num contexto de práticas de cidadania, a informação, ou melhor, as práticas informacionais constituem-se como elementos de apoio a ações políticas. Segundo Araújo (2001, apud Ingwersen 1991, p. 26), a Ciência da Informação tem incorporado um forte enfoque social à suas investigações em seguintes características: Foco central na esfera humana da transferência de informação; ênfase nos processos de comunicação entre o homem e a tecnologia da informação para o propósito de uso da informação armazenada; estas são as tendências das pesquisas em Ciência da Informação na década de 90.

A variedade e complexidade dos problemas que atualmente se colocam à Ciência da Informação exigem enfoques interdisciplinares e a adoção de métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos necessários à compreensão de questões como a intencionalidade (estado de consciência adaptado a uma intenção) subjacente a informação para a ação, a interatividade entre usuários e sistemas de informação, os processos comportamentais da transferência de informação, a influência dos contextos sócio-cultural, político e econômico nas práticas informacionais desenvolvidas tanto por profissionais de informação, como por usuários; a relação entre o acesso/uso da informação e o desenvolvimento social e humano, de modo que se encontrem soluções efetivas para os problemas da informação (ARAÚJO 2001).

Através da visão apresentada sobre o atual panorama da Ciência da Informação, pode-se observar que, mudanças significativas ocorreram nas últimas décadas neste campo, inclusive quanto ao seu objeto de estudo e aos problemas colocados para investigações na área. Ao que tudo indica, a mudança essencial se deu em termos da substituição da ênfase, antes colocada na eficiência dos sistemas de informação e em problemas da tecnologia no uso do conhecimento, para um novo foco de atenção que privilegia interação de indivíduos e grupos entre si com a tecnologia de informação (ARAÚJO 2001).

Ao modificar seu objeto de estudo, que passa de "informação" para "pragmáticas sociais de informação", ou ainda "práticas informacionais", a Ciência da Informação assume que um dos seus objetivos principais que é a "análise das práticas informacionais desenvolvidas por sujeitos sociais, ou seja, as ações de recepção, geração e transferência de informação, nos circuitos comunicacionais de

diferentes formações sociais." (Araújo, 2001, apud Gomez 1990, p. 120). Assim, através desta nova percepção do fenômeno informacional poderá ocorrer uma reestruturação da compreensão do processo de produção de conhecimento e uma compreensão mais ampla do conceito de conhecimento. Esta nova percepção cria possibilidades para que ocorra a descentralização das atividades geradoras de conhecimento para "mundos" mais próximos das comunidades.

As práticas informacionais baseadas nestes vários sistemas são inter-relacionadas de forma dinâmica e geram a possibilidade de um diálogo informado, horizontal e equilibrado e, ao mesmo tempo, possibilitam também que se detectem as barreiras que impedem tal dinâmica. Como produtos deste processo informacional participativo, podem obter a transformação da informação em conhecimento e deste em ação; no caso das práticas de cidadania, em ação política (ARAÚJO, 2000). Através deste cria-se a possibilidade de compreendermos de forma mais completa as características do fenômeno informacional, bem como os direcionamentos que podemos implementar no sentido de fortalecer a relação informação e cidadania, ou ainda, informação, ação política e transformação social (ARAÚJO, 2000).

Segundo a autora, a informação é conhecimento em ação e deve ser transformada em algo que apóia, que dá suporte para ações específicas, em situações específicas. Por outro lado, ela afirma que os indivíduos precisam ser educados para se comportarem adequadamente nesse ambiente de conhecimento da sociedade moderna e que a Ciência da Informação deve desenvolver sistemas alternativos apropriados abertos a todo tipo de conhecimento (ARAÚJO, 2001 apud Wersig, 199, p. 27).

O atual estágio de desenvolvimento alcançado pela sociedade pós-industrial ou pós-moderna é uma nova situação do conhecimento como fenômeno da informatização e, por isso, requer um novo tipo de ciência voltado para o desenvolvimento de estratégias para solucionar problemas particularmente surgidos em decorrência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sendo que a Ciência da Informação deveria ser vista como o protótipo da ciência pós-moderna.

A partir destas colocações, consideramos que, nos dias atuais, a Ciência da Informação tem procurado desenvolver um enfoque mais sócio-cultural, pois busca compreender as práticas informacionais como práticas sociais e procura centrar sua atenção nas ações dos sujeitos sociais em busca por informação e no processo de

produção de conhecimento. Assim, a abertura interdisciplinar e as preocupações com aspectos antes negligenciados, como a interação dos indivíduos no contexto social ou a incorporação do estudo da intencionalidade no uso da informação para a ação dão margem para reflexões mais abrangentes, que poderão vir a ser úteis no sentido de fortalecer o embasamento teórico-metodológico dos profissionais de informação.

No caso das práticas informacionais num contexto de práticas de cidadania, vemos que a intenção é diretamente política, ou seja, se dá como uma ação que objetiva, explicitamente, à transformação progressiva da sociedade ou à permanência das atuais estruturas a partir de certos valores e interesses. Qualquer que seja a direção apontada (transformação social ou permanência), podemos obter, em termos de conhecimento científico, uma compreensão mais ampla e instrumental sobre o fenômeno informacional (ARAÚJO, 2000).

Observamos que a prática de recepção desenvolve-se em dois momentos. Temos o acesso à informação, que representa um momento inicial na prática de recepção e pode ser denominado de "consumo de informação". Este consumo é muito bem detectado nas estatísticas coletadas pelos mais diferentes sistemas de informação, tais como bibliotecas, arquivos, centros de documentação, bancos e bases de dados, redes de comunicação eletrônica, redes de televisão e rádio, centros de inclusão digital, etc. Entretanto, essas estatísticas quantificam o acesso à informação, mas não revelam maiores detalhes sobre o uso/utilidade/transformações provocadas pela informação. Se quisermos compreender de forma aprofundada o fenômeno informacional e de forma mais específica a prática de recepção de informação num contexto de práticas de cidadania, devemos desenvolver uma análise que contemple o segundo momento dessa prática, ou seja, o momento da seleção da informação (ARAÚJO, 2000).

Um dos caminhos possíveis para realizar tal análise pode ser a caracterização dos critérios de seleção utilizados pelo sujeito-receptor para decidir sobre o uso ou não da informação acessada, considerando este aspecto como representativo da prática informacional de recepção. Assim, indagamos: que critérios os projetos sociais pesquisados usam para selecionar, entre a imensa carga de informações que recebem diariamente, as informações que lhes são úteis?

Devemos considerar que o sujeito receptor é um sujeito ativo, uma vez que não recebe passivamente as informações. Ele as recebe e em seguida desenvolve

uma ação propositiva, ou seja, uma ação que evidencia sua postura/intenção sobre a informação acessada. Portanto, "o sujeito receptor faz outras coisas com a informação e ultrapassa os limites que as determinações iniciais (oriundas do sujeito emissor) fixavam para seu uso/interpretação.

Os critérios de inter-relação da informação recebida com a realidade do usuário e compreensão do código utilizado (em termos do tipo de linguagem utilizada) para o envio da informação envolvem o desenvolvimento de ações de percepção e interpretação/compreensão da informação por parte do sujeito receptor. Através dessas ações complementares ocorre a seleção da informação recebida. Se a informação foi selecionada pelo sujeito receptor, podemos considerar que ocorreu um processo de convergência, ou seja, um processo no qual o sujeito receptor reconhece a informação acessada como sendo um conteúdo válido.

Tal reconhecimento se dá a partir de uma mediação entre o acervo social do conhecimento desse sujeito, a realidade/situação vivenciada, onde ele pretende utilizar tal informação e a informação recebida. O processo de acumulação é seletivo e constrói um acervo social de conhecimento, que é transmitido de uma geração para outra e é utilizado pelo indivíduo na vida cotidiana.

Mas, no processo de recepção da informação, pode ocorrer também conflitos, ou seja, pode ocorrer um processo de divergência, em que há várias tentativas de percepção, interpretação/compreensão, porém todas finalizam em respostas consideradas incorretas pelo sujeito receptor. Tal processo de divergência ocasiona a recusa da informação por parte do sujeito. Nesse processo divergente, o sujeito receptor também consulta seu acervo social do conhecimento e estabelece uma mediação entre este e a situação vivida em que se pretende utilizar a informação em questão.

Nesse caso não se dá uma mediação positiva entre os elementos. Vários motivos podem levar à recusa/descarte da informação recebida. Cada situação de recusa/descarte estrutura-se em motivos únicos que são, no campo da Ciência da Informação, denominados de barreiras. Estas, por sua vez, são variadas e podem ser caracterizadas como elementos inerentes ao fenômeno informacional (ARAÚJO, 2000).

Uma questão a ser salientada é que a informação pode produzir transformações no estado mental do sujeito cognitivo-social, pois, conforme estabelece Brookes (1980), uma vez selecionada, a informação leva à mudança de

estado de conhecimento, ou seja, ocorre a passagem de um estado e conhecimento X para um novo estado de conhecimento Y, devido ao acréscimo/ampliação da carga de conhecimentos desse sujeito. (ARAÚJO, 2000, apud Brookes, 1980).

Se o sujeito social aplicar/socializar tal conhecimento pode provocar transformações nos contextos. Consideramos que as possibilidades de transformação via informação se iniciam na prática informacional da recepção. Assim, a primeira transformação possível relaciona-se à estrutura cognitiva do sujeito receptor, ou seja, a recepção é uma ação que pode transformar internamente o sujeito cognitivo-social.

Há também o fato de que a mídia pode criar necessidades de informação nos indivíduos, fazendo com que passem a se interessar por informações que não têm, necessariamente, uma relação direta com sua realidade, com seus problemas cotidianos (ARAÚJO, 2000). Nessa situação, pode ser considerado que o usuário de informação detenha um nível muito reduzido de conhecimentos sobre sua realidade/cotidiano e sobre tais informações, pois, quanto menor for o acervo social do conhecimento desse sujeito, menos apto ele se sente para entender determinada informação e, conseqüentemente, mais propício estará a seguir o caminho traçado pelo sujeito emissor. Esta questão é tratada de forma aprofundada pelos estudos que analisam a indústria cultural e não será trabalhada aqui por não se constituir em objeto de estudo dessa pesquisa.

4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A tecnologia da informação é um novo paradigma econômico e tecnológico. Caracterizado pelo conjunto de inovações técnicas, organizacionais e administrativas que se relacionam entre si, proporciona condições para uma nova série de produtos e sistemas e também para a vantagem de funcionamento da estrutura dos custos (RODRIGUES, 2002, p. 160 apud CASTELLS, 2002). O autor ressalta que existem alguns aspectos centrais para o paradigma tecnologia da informação. O primeiro refere à informação como base, ou seja, as tecnologias atuam sobre a informação, permitem ao usuário agir sobre a informação, diferentemente das revoluções anteriores.

A segunda é a interligação dos efeitos das novas tecnologias, visto que a informação é a parte essencial de toda atividade humana, quer individual ou coletiva.

A terceira é a configuração topológica da lógica de redes em qualquer sistema e conjunto de relações. As tecnologias da informação permitem a morfologia das redes, que, mesmo complexas, podem ser implantadas em qualquer organização. A quarta é a flexibilidade, sua capacidade de reconfiguração, caracterizando uma sociedade em constante mudança e espontaneidade organizacional e instituições que podem ser modificadas pela reorganização dos seus componentes. O quinto aspecto é a crescente tendência tecnológica, na qual as trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos.

Segundo Werthein (2000) as tecnologias se ampliam para permitir o indivíduo agir sobre a informação. Os efeitos dessas novas tecnologias têm alta acessibilidade porque a informação é parte complementar de toda atividade do homem, individual ou coletiva e, portanto, tudo tende a estar diretamente relacionado e afetado pelas novas tecnologias. O autor (RODRIGUES, 2002, p. 160 apud SCWHARTZ, 2000) diz ainda que, com a realidade das novas tecnologias, estão surgindo vários debates sobre seus aspectos sociais, culturais e políticos. Esses novos discursos estão relacionados à exclusão digital, sendo que, outrora, os discursos eram voltados e concentrados na infra-estrutura e nos modelos de negócios. Ao que se percebe, é consenso entre os autores que o novo paradigma se dá em ritmo e atinge níveis desiguais nas diversas sociedades.

As desigualdades de renda e desenvolvimento industrial entre os povos e grupos da sociedade reproduzem-se no novo paradigma. Enquanto, no mundo industrializado, a informatização de processos sociais ainda tem de incorporar alguns segmentos sociais e minorias excluídas, na grande maioria dos países em desenvolvimento, entre eles os latino-americanos, vastos setores da população, compreendendo os médios e pequenos produtores e comerciantes, docentes e estudantes da área rural e setores populares urbanos, adultos, jovens e crianças das classes populares no campo e na cidade, além daquelas populações marginalizadas como desempregados crônicos e os "sem-teto" engrossam a fatia dos que estão ainda longe de integrar-se no novo paradigma (WERTHEIN, 2000, apud AGUDO GUEVARA 2000).

Ao aprofundamento de desigualdades sociais, sobre o eixo do acesso à informação. O ritmo do avanço tecnológico tem sido, sob qualquer ótica, extraordinário. O ritmo de expansão da Internet no mundo levou apenas um terço do tempo que precisou o rádio para atingir uma audiência de 50 milhões de pessoas (WERTHEIN, 2000, apud QUÉAU, 1999). A diminuição dos preços dos computadores por aumento de capacidade do processamento facilitou muito essa

propagação, mas não permitiu ainda superar entre nível de renda e acesso às novas tecnologias. Para Werthein, (2000) existe um contraste muito grande entre o acesso à informação nos países industrializados e nos em desenvolvimento. O autor mostra uma população algumas vezes maior e que os baixos níveis de renda *per capita* nos países em desenvolvimento refletem-se em alta taxa de analfabetismo adulto, baixo acesso à educação formal avançada e à tecnologia da informação tanto convencional quanto moderna.

4.1 INCLUSÃO DIGITAL

Muitos estudos realizados por vários pesquisadores nos mostram que um terço da nossa população vive na pobreza absoluta e com baixos níveis de escolaridade, sem acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação. Mesmo que o Brasil tenha modificado significativamente ao longo do tempo, tais desigualdades sociais ainda se mantiveram. É neste contexto que a exclusão digital está inserida (MARTINI, 2005).

Sendo assim, ao discorrer sobre a inclusão digital, abordaremos antes a exclusão social. Para Martini (2005), a idéia de transformar a cidadania digital em política pública primeiro perpassa o reconhecimento de que a exclusão digital aumenta a miséria e dificulta o desenvolvimento humano local e nacional. Também se deve considerar que o mercado, na realidade, não irá incluir, nesta era da informação, os grupos sociais menos privilegiados.

Mesmo que a população brasileira tenha passado pelo processo de alfabetização, a exclusão será ainda maior se não houver uma transformação da educação em política pública e, por isso, é essencial a participação do Estado neste processo. O autor ressalta que os excluídos digitais estão à margem da sociedade. Sem inclusão digital como uma decisiva política pública, os programas de governo eletrônico acabariam privilegiando o atendimento das elites econômicas, das elites regionais, assim, apenas ampliando as desigualdades.

Para Silva (2005), também é importante que a inclusão digital seja vista sob o ponto de vista ético, considerando como uma ação que promove a conquista da “cidadania digital” e, conseqüentemente, contribuindo para uma sociedade mais igualitária na perspectiva da inclusão social. Ao passo que a inclusão é parte do fenômeno informação no contexto da sociedade da informação, pode ser observada

pela ótica da Ciência da Informação. Neste sentido, entende-se que o conceito de inclusão digital está interligado ao acesso à informação nos meios digitais, sendo a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas na sociedade.

Freire (2006) afirma que as ações para inclusão digital tornaram-se especialmente relevantes no Brasil depois que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostrou que apenas 12,5% da população brasileira dispõem de acesso a computador em casa, mas os domicílios com altos percentuais de acesso digital estão localizados, em sua maioria, no Sudeste urbano, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo. Com relação à Internet, segundo a autora, o Ibope e Ratings (FREIRE, 2006 apud RONDELLI, 2003), o número de usuários domiciliares no Brasil cresceu 0,7% em janeiro de 2003, atingindo 7,5 milhões de pessoas, aumentando também o número de horas navegadas em 7,5% em relação a dezembro de 2002.

Contudo, a presença na Web brasileira esteve concentrada nos *sites* de 'Carreira e Emprego', visitados por 1,4 milhão de internautas, 18,8% do total de usuários ativos, e 'Notícias e Informações', visitados por 3,2 milhões de internautas. Com isso podemos afirmar que a revolução tecnológica não atingiu a grande massa brasileira e acentuou ainda mais a distância entre o rico e o pobre. Com isso, evidencia-se a necessidade da discussão sobre ética da inclusão, prática que só será realizável a partir de mudanças nas ações e relações entre os indivíduos e os grupos sociais.

Embora seja um problema socialmente significativo, "existem poucos diagnósticos e debates no contexto brasileiro sobre o binômio inclusão/exclusão digital. A discussão raramente envereda pelo acesso às tecnologias pelo lado do (...) usuário pobre". (FREIRE, 2006 apud Néri *et al.* 2003, P.5). Neste contexto trazemos as proposições de Araújo sobre o problema, quando destaca que

o verdadeiro desafio [é] construir ferramentas [tecnologias intelectuais] e sistemas mais eficazes, não só para gerenciar informação, mas, também, para facilitar ao ser humano a transformação da informação em conhecimento e, conseqüentemente, em ação na sociedade (FREIRE, 2006 apud ARAÚJO, 2001, p.11).

Entretanto, não podemos esquecer que os computadores conectados em rede são, somente, o primeiro passo, ainda insuficiente para se realizar a inclusão digital. É necessário criar ferramentas eficazes para viabilizar a ampliação do acesso

a qualquer uma das mídias existentes, acompanhadas da inserção dos indivíduos em um universo cultural e intelectual mais rico que os motivem a utilizá-las (Freire, 2006, apud RONDELLI, 2003). Também para Lazarte, os elementos necessários para inclusão não devem contemplar apenas o acesso físico à infra-estrutura e a conexão em rede e computadores, mas, especialmente, a capacitação das pessoas para utilizar estes meios e, principalmente, permitir a possibilidade de se criar e produzir o conhecimento. De forma integrada às condições locais existentes, em termos de suas organizações, tanto quanto em seus referenciais culturais, centros de produção, criação e compartilhamento cultural (e de acesso à rede) devem estar integrados a associações comunitárias, centros religiosos, igrejas etc. (LAZARTE, 2000, p.48).

Para a construção de diretrizes para o estabelecimento de um programa que levasse a sociedade brasileira à entrada na sociedade da informação, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) envolveu os quatro setores da sociedade brasileira, governamental, privado, acadêmico, e o terceiro setor, além de pessoas vinculadas a outros países e organizações internacionais. Isto se constituiu em verdadeiro desafio em termos do estabelecimento do conteúdo e da necessidade de envolvimento de toda a sociedade brasileira. O esforço resultou na publicação, em 2000, do *Livro Verde da sociedade da informação* (Socinfo) (Sociedade, 2000, p.xv).

A publicação contempla um conjunto de ações para impulsionar a sociedade da informação no Brasil, em todos os seus aspectos: ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico, desenvolvimento de novas aplicações. A finalidade do Programa é lançar as bases de um projeto de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Destarte, uma pesquisa nas páginas brasileiras na Internet e uma visita ao sítio virtual Portal de Inclusão Digital [www.idbrasil.gov.br] nos permitem avaliar o nível de interesse do governo e da sociedade civil nos processos de inclusão digital. Esse documento traz, de forma clara, a proposta de universalização de serviços necessários, incluindo a concepção de soluções e promoção de ações que envolvam desde a ampliação e melhoria da infra-estrutura de acesso até a formação do cidadão, que, informado e consciente, possa utilizar os serviços disponíveis na rede (SILVA, 2005).

Nesse sentido, a proposta de universalização de serviços, constante do Livro Verde, traz como inerente ao conceito de inclusão digital não só a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também a capacitação para utilização dessas mídias, em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. Essa ação é denominada pelo Programa Socinfo, alfabetização digital.

Silva (2005 apud Buzato 2003) destaca que pessoas alfabetizadas não são necessariamente “letradas”. Mesmo sabendo “ler e escrever”, isto é, codificar e decodificar mensagens escritas, muitas pessoas não aprenderam a construir uma argumentação, redigir um convite formal, interpretar um gráfico, encontrar um livro em um catálogo etc. A essa competência ele denomina letramento, que se constrói na prática social, e não na aprendizagem do código em si. A inclusão digital não é uma simples questão que se resolve comprando computadores para a população de baixa renda e ensinando as pessoas a utilizar esse ou aquele software. Ter ou não acesso à infra-estrutura tecnológica é apenas um dos fatores que influenciam a inclusão/exclusão digital, mas não é o único, nem o mais relevante (SILVA, 2005 apud BONILLA, 2001).

Essa posição está em acordo com Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002), que afirmam que “não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional e o maior problema da inclusão digital não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação”. Alfabetização em informação deve criar aprendizes ao longo da vida, pessoas capazes de encontrar, avaliar e usar informação eficazmente, para resolver problemas ou tomar decisões. Uma pessoa alfabetizada em informação seria aquela capaz de identificar a necessidade de informação, organizá-la e aplicá-la na prática, integrando-a a um corpo de conhecimentos existentes e usando-a na solução de problemas.

Como muitos dos visionários que acreditam numa utopia planetária, Goldmann aposta na capacidade de os indivíduos construírem uma verdadeira comunidade humana no futuro, fundamentando a reflexão que vimos realizando sobre o papel dos profissionais que atuam no campo da informação: contribuir, de um lado, para ampliar a teia mundial de comunicação da informação e, de outro, para diminuir a “infoexclusão”, aumentando as possibilidades de livre acesso aos estoques de informação. Nesse sentido, Lévy (2000) destaca que “o principal projeto

arquitetônico do século XXI será imaginar, construir e organizar o espaço interativo e móvel do ciberespaço" (LÉVY, 2000, p.26)

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela.

Na verdade, a autora Silva (2005) traz aqui o conceito que parece apropriado para elucidar a capacidade necessária do indivíduo com relação à informação. Ela traz, desde sua origem, uma aproximação muito nítida com a questão da cidadania e com as habilidades ligadas ao uso da informação em meio eletrônico. Os cidadãos competentes no uso da informação estão em posição de tomar decisões mais inteligentes e socialmente responsáveis que os cidadãos que não estão bem informados. (Silva, 2005 apud Hamelink e Owens, 1976).

4.2 LETRAMENTO DIGITAL

Buzato (2003) adota o termo letramento digital por entender que não se trata apenas de ensinar a pessoa a codificar e decodificar a escrita, ou mesmo usar teclados, interfaces gráficas e programas de computador, mas de inserir-se em práticas sociais nas quais a escrita, mediada por computadores e outros dispositivos eletrônicos, tem um papel significativo. (Silva 2005 apud Buzato 2003). Logo, letramento digital seria a habilidade para construir sentido, capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente a informação eletrônica, estando essas em palavras, elementos pictóricos, sonoros ou de qualquer outra natureza.

Para Silva (2005), letramento, contudo, é a competência de inclusão digital e não só a aquisição de habilidades em compreender, assimilar, reelaborar e chegar às condições básicas para o uso de computadores e da Internet, mas, sobretudo, conhecimento que permita uma ação consciente, o que também a capacitação para utilização dessas mídias encontra correspondente no letramento digital.

Alfabetização e letramento possuem significados muito próximos, mas, ainda assim, distintos. Na alfabetização o aluno adquire habilidades para ler e escrever. Silva et al. (2005. p.33), considera a alfabetização a simples habilidade de

reconhecer os símbolos do alfabeto e fazer as relações necessárias para a leitura e a escrita. Uma vez adquirido o método, o aluno precisa usar de competência para utilizá-lo nas práticas sociais.

Nos documentos mais recentes já se nota a tendência em tratar as teorias educacionais com maior cuidado. Os autores exploram a literatura educacional e aprofundam os conceitos, para então colocá-los na perspectiva da biblioteconomia (CAMPELLO,2004, Oberman, 1991; MacAdam, 1995; McGregor, 1999).

Segundo Soares (2002, p.145), “letramento é a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita incorporando as práticas que as demandam [...] não existe o letramento e sim ‘letramentos’ e, nesta perspectiva, a tela do computador se constitui como um novo suporte para a leitura e escrita digital”. O letramento digital se diferencia do letramento tradicional pelo fato de que este conduz “às práticas de leitura e da escrita digitais, na cibercultura, de modo diferente daquele como são conduzidas as práticas de leitura e de escrita quirográficas e topográficas”. (SOARES, 2002, p.146).

Letramento digital é também definido como um conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e valores que se desenvolve juntamente com o crescimento do ciberespaço, como sendo um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. (PASSOS, et al, s.d, apud Lévy 1999, p.17). Implica realizar práticas de leitura e escrita diferentemente das formas tradicionais de letramento e alfabetização. Ainda para este autor “ser letrado digitalmente pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens, desenhos gráficos, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela digital”.

O letramento, portanto, é a competência em compreender, assimilar, reelaborar e chegar a um conhecimento que permita uma ação consciente, o que encontra correspondente no letramento digital: saber utilizar as TICs (tecnologia da informação e do conhecimento), saber acessar informações por meio delas, compreendê-las, utilizá-las e com isso mudar o estoque cognitivo e a consciência crítica e agir de forma positiva na vida pessoal e coletiva.(SILVA et al, 2005, p.33).

5 FUNDAÇÃO BRADESCO

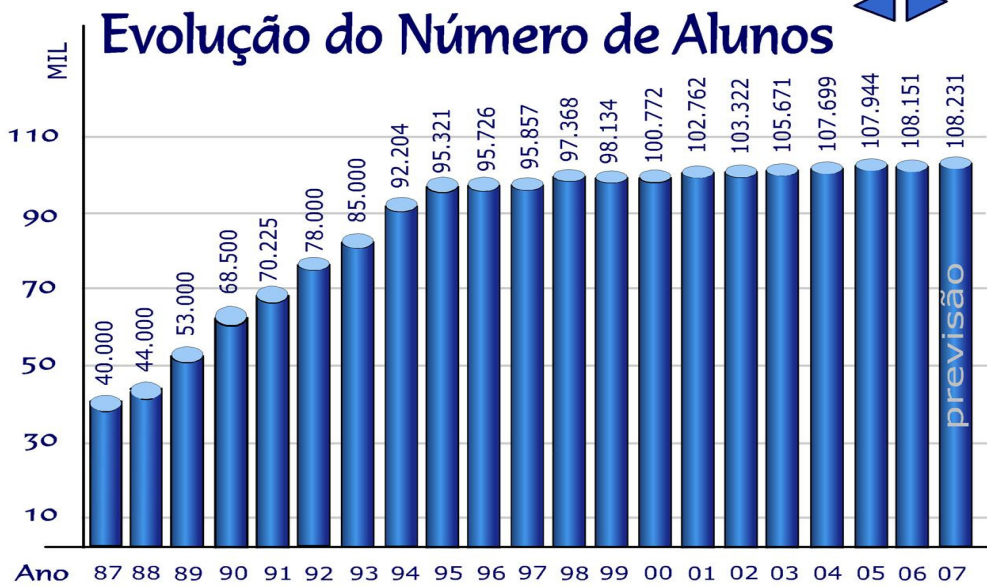
Segundo o site da instituição, a Fundação Bradesco foi constituída em 1956, por Amador Aguiar, com o objetivo de proporcionar educação e formação profissional a crianças, jovens e adultos. Ação pioneira de investimento na questão social, sua primeira escola foi inaugurada em Osasco, São Paulo, em 1962, e contando com sete professores e 300 alunos.

Atualmente, a Instituição possui 40 unidades, com pelo menos uma em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, instaladas em regiões de acentuada carência socioeconômica. É a maior rede privada de ensino gratuito do País e atende a cerca de 110 mil alunos. Com recursos próprios e também da Organização Bradesco, que giram em torno de R\$ 220 milhões, a Fundação Bradesco oferece recursos de Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio, Educação Profissional Básica e Técnica e Educação de Jovens e Adultos. Além do ensino, os alunos dos cursos regulares têm material didático, alimentação, uniforme e assistência médico-odontológica gratuitos. Duas unidades funcionam em regime de internato, em Bodoquena (MS) e Canuanã (TO), e atendem, juntas, cerca de 2 mil alunos.

Dentre as demandas destacam-se a formação contínua dos educadores, que concretiza-se tanto presencialmente quanto à distância, através de videoconferências e cursos via web; a prestação de serviços à sociedade, procurando aproximar conhecimento científico e preparação profissional; o estímulo aos estudantes, uma vez que, segundo o site da instituição, os alunos são estimulados a participar da vida social e histórica e formam-se para atuar na dialética do mundo real contemporâneo.

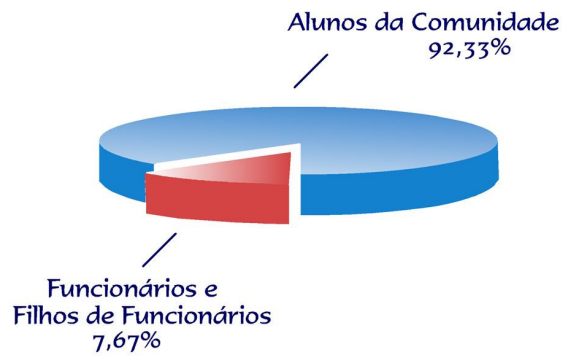
Apresentaremos os gráficos, seguintes para mostra as evolução dos número de alunos, o perfil desses alunos e os alunos formados até 2006, na Fundação Bradesco no contexto nacional.

fonte:
Fundação
Bradesco

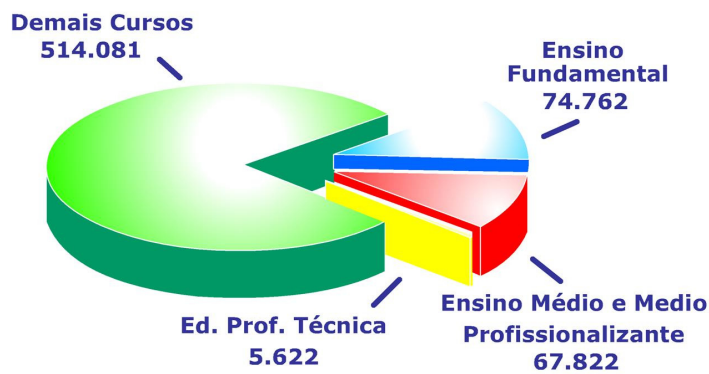


Perfil do Aluno da Fundação Bradesco

Atendimento / 2006



Alunos Formados até 2006



Total: 662.287

5.1 FUNDAÇÃO BRADESCO DE APARECIDA DE GOIÂNIA

Segundo o site da Fundação Bradesco, a unidade escolar de Aparecida de Goiânia foi inaugurada em 1º de fevereiro de 1999. A escola oferece a 2.083 alunos cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Curso de Educação de Jovens e Adultos nas modalidade Suplência do Ensino Fundamental e Médio via Teleducação, Alfabetização de Adultos e Educação Profissional Básica. A Fundação Bradesco de Aparecida de Goiânia se localiza em um lugar estratégico, segundo os administradores da instituição.

Além de ser uma escola diferenciada, é também um lugar que se preocupa com a inclusão digital. Para além da formação básica, a escola oferece cursos de Noções Básicas de Gestão e Administração, Introdução à Administração Financeira, Marketing de Serviços, Vendas, Auxiliar de Cabeleireiro, Cortes, Princípios Básicos de Cozinha, Bolos e Confeitarias, Culinária Regional, Garçom, Digitação, Introdução à Microinformática/Windows/Word/Excel e Informática para portadores de deficiência visual.

5.2 MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

Ao estudarmos a Fundação Bradesco de Aparecida de Goiânia, vimos a necessidade de conhecer um pouco mais o município de Aparecida de Goiânia. A Fundação Bradesco escolheu Aparecida de Goiânia, pois concentra um maior número de comunidades populares .

Em 11 de maio de 1922, os senhores Abrão Lourenço de Carvalho, João Batista de Toledo, Antônio Barbosa Sandoval e Aristides Frutuoso, devotos de Nossa Senhora Aparecida, doaram um alqueire de terra para que as famílias vizinhas construíssem uma igreja para a Santa, utilizando-se de materiais doados pela comunidade. Acabava de nascer o povoado de Aparecida, a 15 Km de Goiânia, na microregião do Meia-Ponte. Em 1958 foi elevado a condição de Vila, como distrito de Goiânia. Do nome de Vila Aparecida de Goiás, passou a se chamar Goialândia, ainda em 1958, nome que permaneceu até 14 de novembro de 1963, quando se emancipou com o atual nome de Aparecida de Goiânia. Localizada a 808 m de altitude, em terreno plano, levemente ondulado, o município de Aparecida de Goiânia, com 289 Km² e aproximadamente 300 mil habitantes, é cortado pela BR-

153 e diversas rodovias municipais e banhado pelo Rio Meia Ponte, os córregos Santo Antônio, Tamanduá, do Almeida, Salvador e o Ribeirão das Lages, além de pequenos outros ribeirões que brotam em suas terras.

Primitivamente, o município de Aparecida de Goiânia se chamou, ainda como povoado, Aparecida, nome derivado da padroeira do lugar, Nossa Senhora Aparecida. A Lei Municipal de 26 de dezembro 1958 fixou-lhe o nome de Goialândia, formado pelas partículas 'Goia', de Goiânia, e 'Lândia' de Hidrolândia, o que indica Vila situada entre os municípios de Goiânia e Hidrolândia. O nome Goialândia, porém, não teve aceitabilidade por parte dos seus moradores, tendo, na prática, permanecido o uso do nome anterior.

Pela Lei Estadual nº 4.927, de 14 de novembro de 1963, que a elevou o distrito à categoria de Município, modificou-se o nome para Aparecida de Goiânia, já com foros de cidade, que pode ser dada como cidade que nasceu de Goiânia. Os primórdios da evolução social do pequenino povoado repousam na capelinha Nossa Senhora Aparecida, onde os moradores de então praticavam o culto religioso, àquela que seria mais tarde consagrada a padroeira do lugar.

Aparecida de Goiânia é hoje a segunda maior cidade do Estado de Goiás em população. Os fatores que justificam esse grande contingente de moradores são a proximidade com a capital e as restrições ao parcelamento do solo em Goiânia. Ocupa aproximadamente 289 Km² e possui 306 mil habitantes. O clima do município é úmido e a sua vegetação predominante é o cerrado. O seu alto grau de ocupação populacional faz com que não tenha expressão em agricultura extensiva, predominando a horticultura e a pecuária leiteira.

Atualmente, o município é formado pela sede municipal, o Distrito de Vila Brasília, cuja denominação foi modificada por lei como "Distrito de Nova Brasília", nome desconhecido pela população. Nos seus aspectos geográficos, Aparecida de Goiânia integra a microrregião do Meia Ponte (358), estando situada a 18 quilômetros da capital do Estado pela BR 153 e 15 minutos de percurso. Atualmente, limita-se com os municípios de Goiânia, Senador Canedo, Hidrolândia e Aragoiânia. Suas terras são do tipo sílico argilosa com pedreiras. A temperatura média oscila entre 26 e 27 graus centígrados. A sua hidrografia é formada pelo rio Meia Ponte que banha o município em pequena extensão, servindo de limite com outros municípios. Os ribeirões das Lages, Santo Antônio e o Córrego da Serra banham o seu território.

O serviço de eletrificação do município, com energia fornecida pela hidrelétrica de Cachoeira Dourada, foi inaugurado em 11 de maio de 1960 pelas Centrais Elétricas de Goiás S/A (CELG). No aspecto demográfico, a população residente no município após a sua emancipação não atingia 2 mil pessoas. De acordo com a sinopse preliminar do censo demográfico, sua população em 1980 foi proporcionalmente a de maior crescimento no Brasil, estando assim distribuída: urbana 20.724, rural 21.941 com um total de 42.665 habitantes, ficando a densidade demográfica em 11,40 hab/km².

Em seus aspectos econômicos, a pecuária, com a criação de gado bovino com a finalidade de corte e leite é uma das atividades na sua pequena extensão rural. No município onde predomina a indústria extrativa de areia para construções, pedras, barro comum para fabricação de tijolos, a agricultura não é expressiva, tendo-se em vista que são atividades conflitantes, dentro de uma pequena área territorial rural, visto que 70% do seu território encontra-se hoje ocupado por grande proliferação imobiliária, cujos lotes e áreas diversas estão ocupadas por moradias e setores industriais.

O intercâmbio comercial, em maior escala, é realizado com o município de Goiânia e com outros estados, tendo como principal meio de acesso a rodovia BR 153. Por seu turno, Goiânia é o principal centro consumidor de seus produtos extrativos e industrializados. Supermercados, armazéns, mercearias e semelhantes realizam o abastecimento interno. Aparecida de Goiânia possui agências dos Correios e Telégrafos, milhares de telefones instalados, ônibus de percurso entre a Capital e a maioria das regiões do município, bastante asfalto e muitos bens e serviços públicos, existindo agências bancárias como o Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Itaú e outros. A População Total do Município era de 336.392 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). Sua Área é de 288 km² representando 0.0848% do Estado, 0.018% da Região e 0.0034% de todo o território brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.764, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

6 ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL DA FUNDAÇÃO BRADESCO EM APARECIDA DE GOIÂNIA

Perceber e se apropriar do sentido da informação, ser capaz de fazer associações, transformar a informação em conhecimento é um processo de aprendizado a ser iniciado, de modo sistematizado, na escola de ensino fundamental e complementado durante toda a sua existência nos diferentes espaços de finalidade semelhante representados pela família, escola em todos os níveis, bibliotecas e demais unidades de informação.

Os CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL (CIDs) são laboratórios de tecnologia da informação criados especialmente para atender comunidades nas quais o acesso à tecnologia é limitado. Além de proporcionar esse acesso, funcionam como catalisadores do desenvolvimento social, promovendo o uso contextualizado da tecnologia no oferecimento de cursos e suporte à integração profissional em diversas áreas. Os CIDs foram lançados pela Fundação Bradesco em parceria com grandes empresas, como Intel, Microsoft e Cisco.

Desde o início do projeto, em 2004, os CIDs já atenderam mais de 141 mil pessoas. Atualmente, há 94 CIDs implantados. Nos CIDs são oferecidos cursos presenciais de informática básica a todas as pessoas da comunidade. Para participar o aluno não precisa saber informática, todos os conhecimentos são adquiridos através dos cursos oferecidos, que serão melhor detalhados a seguir.

Introdução à Informática

Hoje vivemos em ritmo acelerado e os computadores estão em todas as partes. Saber como usá-los é essencial no dia-a-dia. Por essa razão, este curso foi desenvolvido para oferecer aos alunos um conhecimento básico sobre o que é bit, byte, hardware, software, memória RAM, memória ROM e muitos outros termos técnicos, possibilitando capacitá-los ao uso deste recurso.

Pacote Office

Para o usuário já familiarizado com o Windows, este curso tem como objetivo facilitar as tarefas de seu dia-a-dia com as ferramentas do Pacote Office, MS Word

(saber como elaborar currículo ou trabalhos escolares), MS PowerPoint (criar apresentações) e MS Excel (controle de gastos utilizando uma planilha eletrônica).

Fundamentos de Rede

Este curso tem como objetivo apresentar os diversos benefícios que uma rede de computadores pode proporcionar a um ambiente de trabalho, tais como evitar redundâncias nos serviços, minimizar o tempo de dedicação ao trabalho e facilitar o compartilhamento de informações entre as máquinas.

Windows

Este curso foi desenvolvido para oferecer aos alunos conhecimentos básicos sobre o sistema operacional Windows, de forma a capacitá-los ao trabalho com o ambiente e os recursos básicos. Através deste curso, os estudantes poderão instalar, configurar e gerenciar dispositivos de hardware e software, arquivos e pastas. Ao final, estarão aptos a lidar com a interface gráfica do Windows.

Internet

A Internet é uma rede de computadores que possibilita o acesso e troca de informações entre pessoas do mundo inteiro. Por isso, este curso foi criado para oferecer aos alunos, conhecimentos sobre princípios básicos da Internet, sua funcionalidade e maneiras de se conectar, usando o Internet Explorer, um navegador muito fácil de ser utilizado.

Intel Aprender

Esse curso procura desenvolver em crianças e adolescentes dos 10 aos 18 anos o pensamento crítico, a disposição para trabalho em equipe e o espírito de colaboração com o uso de recursos de informática tais como Internet, Pacote Office, Publisher entre outros.

7 METODOLOGIA

Antes de adentrarmos no aspecto da metodologia da pesquisa teceremos algumas notas explicativas sobre o método qualitativo e descritivo, e sua interrelação no planejamento e implantação do trabalho de pesquisa. O método qualitativo, segundo Oliveira (1998, p,116) se difere do quantitativo pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema . Assim, a diferença está no fato de que o método qualitativo não tem pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, o autor afirma que este tipo de pesquisa tem como objetivo situações complexas ou estritamente particulares.

Para Soares (2003) essa abordagem apresenta inúmeros usos, tais como:

- a) “Descrever a complexidade de determinada hipótese ou problema.
- b) Analisar a interação entre variáveis.
- c) Compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais.
- d) Apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formulação de opiniões de determinado grupo.
- e) Permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.
- f) Interpretar dados, fatos, teorias e hipóteses etc” (SOARES, 2003, p.19)

O estudo descritivo segundo Oliveira (1998), procura abranger os aspectos gerais e amplos de contexto social, como: salário e consumo, situação social, econômica e política das minorias e opiniões comunitárias, entre outros. O autor considera que os estudos descritivos dão margem também a explicação das relações de causa e efeito dos fenômenos. Este estudo nos permite obter um entendimento melhor do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno.

Segundo Gressler (2004) A pesquisa depende dos seus objetivos e a natureza do problema. Classificam os tipos de pesquisa em nove categorias: “histórico, descritiva, desenvolvimentista, estudo de caso, correlacional, causa-comparação, experimental, quase-experimental e pesquisa em ação. (GRESSLER, 2004, p.49 apud ISAAC E MICHAEL,1975).

O presente trabalho caracteriza-se em termos metodológicos, como uma análise descritiva qualitativa, e estudo de caso do projeto de inclusão digital da Fundação Bradesco de Aparecida de Goiânia (ANEXO-A). O estudo de caso pode

ser definido segundo Gresseler (2004, p.50) “um intensivo estudo do passado, presente e de interações ambientais (sócio-econômico, política e cultural) de uma unidade: indivíduo grupo, instituição ou comunidade, selecionada por uma especificidade”. E esse tipo de pesquisa caracteriza principalmente pelo estruturado e concentrado de um único caso. Assim, o estudo de caso classifica-se como abordagem qualitativa e tem na análise documental um do mecanismo apropriado para tratar os dados, pode ser definida como:

“ uma notável técnica para abordar dados qualitativos e quantitativos. Utiliza como suporte subsidiário a construção do diagnóstico de uma pesquisa, informações coletadas em documentos materiais escritos[...] também consiste uma serie de operações que visam estudar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais econômicas com as quais podem estar relacionados. (COLAUTO et al., 2006, p.140)

Foram levantados dados primários e fontes secundárias para a consecução dos objetivos propostos. Os dados primários foram obtidos mediante entrevistas não estruturadas (ver anexo) com os ex-alunos da Fundação Bradesco que participaram dos projetos de inclusão digital. Segundo Marconi e Lakatos (2003) pesquisa não estruturadas significa perguntas abertas e podem ser respondidas em ambientes de conversação informal. Os dados secundários que foram utilizados no estudo foram obtidos por meio de análise documental, livros, revistas especializadas, periódicos, *Internet*, relatórios de pesquisa baseados em trabalhos de campo e entre outros que se fizerem necessários no decorrer da execução do projeto. Dessa forma, os resultados estão limitados à população pesquisada. Por isso a conclusão e a generalização obtidas através do estudo não garantem que os resultados aconteçam da mesma forma em todos os lugares, a qualquer tempo e/ou para qualquer iniciativa semelhante a essa.

Por causa do tempo e dos custos, a amostra foi selecionada de forma aleatória. A coleta de dados se deu através de entrevistas pessoais. As questões foram estruturados com base aos seguintes itens:

- a) **Perfil do ex-aluno**
- b) **Habilidade tecnológica**
- c) **Informação geração do conhecimento para o exercício pleno da cidadania.**

d) **Avaliação da Fundação Bradesco.**

Na segunda quinzena de outubro foram feita o pré-teste com uma ex-aluna da Fundação Bradesco. As entrevistas foram realizadas durante a primeira quinzena de novembro, tiveram duração de 5 a 15 minutos, As entrevistas foram registradas por escrito pelo entrevistador e gravadas em aparelho eletrônico. Todas as entrevistas pessoais que foram gravadas e transcritas na íntegra, quanto ao seu conteúdo.

8 RESULTADOS E DISCURSÕES

Para análise deste trabalho foram realizadas três entrevistas com ex-alunos da Fundação Bradesco de Aparecida de Goiânia. As entrevistas estão transcritas abaixo na íntegra. Os resultados serão apresentados pelos itens abaixo

Perfil dos ex-alunos

Percebendo o perfil do ex-aluno, vale ressaltar que são todos de comunidades de baixa renda, suas habilidades tecnológica, as informações que tiveram acesso, permitiram a geração do conhecimento para exercer a plena cidadania. Um dos entrevistados que fizeram o curso mais recente, portanto teve maior qualificação por receber informações mais atuais.

Outro detalhe que não foi mencionado nas perguntas é que todos fizeram o ensino médio na escola Fundação Bradesco. Isto demonstra que o nível de conhecimento é maior do que aqueles que só fizeram os cursos básico de informática.

ENTREVISTA 1

Pergunta: Ano que participou nos projetos da FB?

Resposta: 1999-2002

Pergunta: Tem algum curso superior? Se sim, qual é a duração

Resposta: Não tenho nenhum curso superior, tenho só o ensino médio.

Pergunta: Qual é sua idade?

Resposta: 23 anos

Pergunta: Qual é sua profissão?

Resposta: Gerente administrativo numa imobiliária

ENTREVISTA 2

Pergunta: Ano que participou nos projetos da FB?

Resposta: 2006

Pergunta: Tem algum curso superior? Se sim, qual é a duração?

Resposta: Gastronomia duração de 2 anos.

Pergunta: Qual é sua idade?

Resposta: 19 anos

Pergunta: Qual é sua profissão?

Resposta: Estagiaria numa panificadora

ENTREVISTA 3

Pergunta: Ano que participou nos projetos da FB?

Resposta: 2001 até 2005

Pergunta: Tem algum curso superior? Se sim, qual é a duração?

Resposta: Não tenho curso superior, só concluir o 3º ano do ensino médio.

Pergunta: Qual é sua idade?

Resposta: 22 anos

Pergunta: Qual é sua profissão?

Resposta: Gerente técnico administrativo na área de automação comercial

Habilidade tecnológica

Percebemos que todos fizeram o curso de informática básica no projeto inclusão digital, e aprenderam com os cursos oferecidos pela Fundação Bradesco. Todos afirmam que houve mudança qualitativa em suas vidas, principalmente profissional. Mesmo não tendo experiência eles obtiveram o emprego, respondendo as exigências do mercado de trabalho. Segundos os entrevistadores os cursos

realizados na Fundação Bradesco deram a eles estabilidade financeira e adquiriu muito conhecimento.

ENTREVISTA 1

Pergunta: Quais cursos você participou neste projeto de inclusão digital

Resposta: Participei de todos os cursos básico de informática, Word, Excel, PowerPoint e Internet.

Pergunta: Está participação no Projeto da FB modificou qualitativamente algum aspecto na sua vida? Profissional ou pessoal.

Resposta: Sim. Modificou e muito na minha vida, eu aprendi bastante e não precisou fazer nenhum outro curso de informática.

Pergunta: Quais foram os benefícios?

Resposta: A minha vida profissional melhorou totalmente, hoje eu só estou nesta empresa graças a FB, na época de ser contratada precisava de alguém que tivesse curso de informática. E mesmo eu não tendo experiência em imobiliária mas consegui o emprego tinha curso de informática. Faz seis anos que eu estou nesta empresa.

ENTREVISTA 2

Pergunta: Quais cursos você participou neste projeto de inclusão digital?

Resposta: Participei do curso básico informática da inclusão digital

Pergunta: Está participação no Projeto da FB modificou qualitativamente algum aspecto na sua vida? Profissional ou pessoal.

Resposta: Sim, eu só aprendi informática nos cursos que fiz na FB, eu não aprendi no curso que fiz em outro lugar mesmo pagando.

Pergunta: Quais foram os benefícios?

Resposta: Eu aprendi informática isso foi o maior benefício para mim, pois outrora eu não conseguia aprender, tinha muita dificuldade.

ENTREVISTA 3

Pergunta: Quais cursos você participou neste projeto de inclusão digital?

Resposta: Participei dos cursos básicos do básico de informática.

Pergunta: Está participação no Projeto da FB modificou qualitativamente algum aspecto na sua vida? Profissional ou pessoal.

Resposta: Sim, foi através dos cursos de inclusão digital obtive mudanças muito significativas, por que de um tempo para cá o mercado ficou muito exigente, então que não tem conhecimento básico de informática e o conhecimento básico em outras áreas não está apto para fazer parte desse mercado. Então, essa inclusão favoreceu bastante a minha inserção neste mercado de trabalho.

Pergunta: Quais foram os benefícios?

Resposta: Obtive benefícios no aspecto pessoal e profissional fez grande diferença na minha vida. Pois no Lugar onde eu comecei a trabalhar só o fato de ser da Fundação Bradesco tive vaga garantida. Mas não só neste aspecto profissional também em relação ao conhecimento que obtive, foi de suma importância para o meu crescimento pessoal. A FB trabalha com os alunos para o mercado, para vida, e não para fazer uma prova de vestibular nas Universidades Públicas. Ela visa o mercado de trabalho. Tanto é que os três melhores alunos no terceiro ano ganha a vaga no Banco Bradesco.

Informação geração do conhecimento para o exercício pleno da cidadania.

Como podemos verificar todos vêm a informação que obtiveram foi de nível elevado e possibilitou geração do conhecimento e o exercício da cidadania. Sentiram inclusos digitalmente na sociedade, mais respeitados exceto uma entrevistada que nesta questão do respeito não sentiu diferença na sua vida. Percebemos que as informações obtidas levaram a um maior conhecimento. Sabemos que para garantir a cidadania tem que se assegurar os direitos de acesso à informação e à educação para os indivíduos. Sendo assim proporcionar-lhes-ão dignidade e sobrevivência, em uma sociedade altamente competitiva.

ENTREVISTA 1

Pergunta: No aspecto da informação, houve informação necessária e se sentiu mais cidadã?

Resposta: Sim, o nível dos curso da fundação é muito bom, eles transmite um nível elevado de conhecimento tanto profissional como pessoal que fez muito diferença na

minha vida. Eu não tenho nada a reclamar da FB, tudo que eu recebi foi ponto positivo e nada foi negativo. Em todos os aspectos da minha vida atingiu positivamente, melhorou tudo. Aprendi principalmente a lidar com as pessoas em minha volta.

Pergunta: E o respeito a alta-estima melhorou?

Resposta: Sim, me sentir mais respeitada e com auto-estima elevada, pessoas me viam com olhar diferente.

ENTREVISTA 2

Pergunta: No aspecto da informação, houve informação necessária e se sentiu mais cidadã?

Resposta: Sim, Eu me senti mais cidadã, e também muita informação que aumentou o meu conhecimento que serve para minha vida até hoje.

Pergunta: E o respeito a alta-estima melhorou?

Resposta: Não, não me senti respeitada as pessoas me olhava normalmente, não sentir diferença na questão do respeito. Mas a estima dela melhorou muito pois eu vi que podia aprender, e não me sentia mais uma incompetente.

ENTREVISTA 3

Pergunta: No aspecto da informação, houve informação necessária e se sentiu mais cidadão?

Resposta: Senti sim, mais cidadão, mais incluído digitalmente nesta sociedade. No momento que eu entro na fundação e tenho consciência de esta ali, estudando e adquirindo conhecimento eu já me torno uma pessoa diferente, mais digna pelo fato deles proporcionar tudo que eu preciso nos aspectos de estrutura e informação sem nenhum custo e da melhor qualidade.

Pergunta: E o respeito a alta-estima melhorou?

Resposta: Em questão de respeito sim, as pessoas me vê diferente pelo fato de fazer parte da Fundação. Na minha alta-estima também melhorou.

Avaliação da Fundação Bradesco

Neste item as opiniões dos entrevistados têm uma pequena variação. Para O entrevistado 2 a Fundação Bradesco é perfeita e não tem nada a reclamar. Para o entrevistado 1 não viu nada de ruim, foi um momento muito marcante na vida dele. Todos os entrevistados vêem a instituição e todos os seus projetos como um benefício a comunidade. Quando voltamos ao Fundamento teórico deste trabalho percebemos que dar oportunidade e ajudar as comunidades não é um fazer heróico, e sim dever de todos os seres humanos. Percebemos que a Fundação Bradesco é caracterizada como uma empresa tem como estratégica a participação na mobilização das comunidades para projetos de melhoria da qualidade de vida, com o estabelecimento de parcerias com outras empresas que tem por filosofia a responsabilidade social, e tem pareceria com o Governo.

ENTREVISTA 1

Pergunta: Sua avaliação Fundação Bradesco.

Resposta: Ela diz que não tem nada de ruim para falar da Fundação. Se pudesse voltar no tempo ela voltaria neste tempo que ela passou lá.

Pergunta:O que mais marcou neste tempo?

Resposta: Foi o ciclo de amizade que se criou com todos nos alunos e professores.

ENTREVISTA 2

Pergunta: Sua avaliação Fundação Bradesco.

Resposta: Eu vejo a Fundação uma instituição perfeita. Apesar de ter ficado chateada com algumas coisas lá dentro em relação as pessoas que trabalhava lá dentro.

Pergunta:O que mais marcou neste tempo?

Resposta: Foi ajuda que eu tive dos professores em relação ao vestibular, no qual eles me apoiaram mesmo não passando na UFG de certa forma me influenciou a fazer esse curso de Gastronomia.

ENTREVISTA 3

Pergunta: Sua avaliação Fundação Bradesco.

Resposta: A Fundação para mim não é perfeita, Por que nada é 100% , nenhuma empresa é 100%, sempre tem algum problema. E a FB não é diferente ela também tem problemas, uma avaliação que dou para ela, de zero a dez minha nota é nove.

Pergunta:O que mais marcou neste tempo?

Resposta: uma palavra que define para mim é comunidade.

9 CONCLUSÃO

Este trabalho estuda a relação entre a informação e a cidadania que perpassa na questão das novas tecnologias e inclusão digital, analisou as inter-relações entre: práticas informacionais e práticas de cidadania. Ao realizar tal pesquisa, tínhamos como objetivos conhecer e compreender a natureza da informação num contexto de conscientização dos seus direitos para apossar da verdadeira cidadania. Consideramos que isso possibilita apreender a informação gerando conhecimento, Isso transforma os indivíduos e a sua condição de vida.

Vimos que segundo Araújo (1998) a construção da cidadania ou das práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, como de direitos civis e sociais depende fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos, de uma ampla circulação e disseminação/comunicação de informação sobre os mesmos, de uma discussão crítica do contexto social em questão. Assim, a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo com qualquer outro, sendo tão importante como o direito a educação, saúde, moradia, justiça e tantos outros.

Percebemos que durante a execução da pesquisa a realidade que nos cerca são das desigualdades sociais e perpassam também pela informação, pois se não tiver democracia destas questões citadas, pequenos grupos sociais deter o maior parte das informação e do conhecimento, ocasionando a desestrutura social, educacional e política trazendo malefícios a vida familiar e sua total ruptura.

Para Silva (2005) é importante, que a inclusão digital seja vista sob o ponto de vista ético, considerando como uma ação que promove a conquista da “cidadania digital” e conseqüentemente contribuirá para uma sociedade mais igualitária na perspectiva da inclusão sócia. Neste sentido, entende-se, que o projetos de inclusão digital da Fundação Bradesco está interligado ao acesso à informação que está nos meios digitais e na assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento.

Concluimos que os ex-alunos foram incluídos digitalmente e socialmente, não de forma plena, mas significativamente segundo as entrevistas, existem práticas informacionais nesta relação Fundação Bradesco e a comunidade onde ela atua, por existir uma práticas transformadora na medida que percebe a realidade e interfere nela. E se estruturam em ações de recepção, geração e transferência de

informação. Entendendo ações de recepção segundo Paulo Freire que ressalta a importância da participação igualitária do emissor/receptor de informação. A partir dessas considerações, temos que todos os seres humanos são “fazedores e sabedores”, pois todos têm algum conhecimento sobre alguma coisa e tal conhecimento deve ser considerado no processo de desenvolvimento de práticas informacionais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

ARAÚJO, Eliany. Alvarenga. *A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais - ONGs brasileiras*. 1998. 221p. Tese (Doutorado - Ciência da Informação)-UnB/CID. Brasília.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. *Informação & Sociedade: João Pessoa*, v.2, n.1, p.67 – 77, 1992. Disponível em: < > . Acesso em :20 abr. 2008

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de organizações não governamentais – ONGs brasileiras. Londrina, v. 6, n. 1, p. 31-54, jan./jun. 2000. Disponível em: < > . Acesso em :20 abr. 2008

BRITO NETO, Joãomar Carvalho de. *A informação dos excluídos: a experiência dos calungas no Brasil*. 2006. p. 215 Tese (Doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação) - Universidade de Paris. França.

CAMPELLO, Bernadette. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, 32.3, 17 02 2004. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=45>>. Acesso em: 13 06 2008.

CARVALHO, Ediane Galdino de. A informação como suporte de cidadania no orfanato x: uma proposta social. UFRN. Disponível em: <<http://www.cid.org.br/CID/Cursos/>>. Acesso em: 18 abr 2008

CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL. Disponível em :<<http://www.cid.org.br/CID/Cursos/>>. Acesso em: 18 abr 2008.

COELHO, Gilda Massari; DOU, Henri. Inteligência competitiva e a formação de recursos humanos no Brasil. **R. Bibliotecon**. Brasília, v. 23/24. n. 4, p. 455-472, especial 1999/2000.

CUNHA, Vanda a. da. et tal. Biblioteca pública, desafios, perspectivas e (des)caminhos na inclusão digital. Disponível em: < http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/VandaElaneLeviJandira.pdf> . Acesso em: 30 maio 2008.

CUNHA, Vanda A. da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. Revista Biblios, v.4, n.15, 2002. Disponível em: <<http://www.quelcas.rcp.net.pe/biblios/>> Acesso em: 20 abr. 2008.

CUNHA, Vanda A. da. Profissional da Informação na Biblioteca Pública Contemporânea: o bibliotecário e a demanda por educação continuada. 2002 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/adicionais/AndreiaRibeiro.pdf>>. Acesso: 30 set 2008

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com.br/go/aparecida_de_goiania>. Acesso em: 11 mar 2008.

EDVALDO SOARES. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas** . [S.l.]: Atlas, 2003.

PREFEITURA DE APARECIDA DE GOIÂNIA. Disponível em: <<http://www.aparecidanet.com.br/cidade.php?pg=historia>>. Acesso em 13 set. 2008.

FUNDAÇÃO BRADESCO. Disponível em: <<http://www.fb.org.br/Institucional/FundacaoBradesco/QuemSomos/>>. Acesso em 15 jun. 2008.

FIGUEIREDO, Maria da Penha Caetano. A era da informação e da cidadania. Informação & Sociedade: João Pessoa, v.7, n.1, p.68-78.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o *global* e o *local*. Acesso livre à informação: aspectos socioculturais. Ciência da Informação UFRJ-Ibict : Brasília, v.35 n.2 maio/ago. 2006.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. 2a. edição. p. 27/28.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa projetos e relatórios. Edições Loyola, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=XHnajiTNILIC&hl=pt-BR>>. Acesso em: 30 out. 2008

GOMEZ, M. N. G. de. Informação e conhecimento. Ciência da Informação. Brasília, v.13, n.2, p.107-14, jul./dez. 1984.

LAZARTE, L. Ecologia cognitiva na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, v. 29, n. 2, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** . 5. ed. Sao Paulo: Atlas, 2003. 311 p., il.

MARSHALL, T. H.. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Cap. 3, p. 57-107: Cidadania e classe social

MARTINI, Renato. Inclusão digital & inclusão social. *Inclusão Social*. v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13> > . Acesso em :20 abr. 2008

MINAYO, Maria Cecília de Souza; Souza, Edinilsa Ramos de; Santos, Nilton José dos. Métodos, técnicas e relações em triangulação. Disponível em: <<http://www.nesp.unb.br/utics/metodostecnicas.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2008.

MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.3, p.284-290, set./dez. 1999.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Gestão da Informação e do Conhecimento. In: _____ TARAPANOFF, K. (Org.). *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: UNB, 2001. p.116-120.

MOURA, Maria Aparecida. Ler e Navegar: reflexões sobre a formação de leitores na era digital. Enancib, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica** : projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertacoes e teses. Sao Paulo: Pioneira, 1998. xx, 320, il.

PASSOS, Rosemary. et al. Armadilhas do letramento digital: as necessidades de competências para recuperação da informação. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem02pdf/sm02ss04_07.pdf>. Acesso em: 22 jul 2008.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n.1, Jan./Apr. 2000.

RODRIGUES, Lucas Clarinda. as tecnologias da informação e a exclusão digital. *Transinformação*. v.14, n.2. p.159-165, julho/dezembro, 2002.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: Letramento na cibercultura. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em :01 abr. 2008

SILVA, Cristiane Vieira da. Incubadora de empresas: análise do processo de transferência de conhecimento na interação Universidade-Empresa na região Centro- Oeste. Goiânia, 2007. p. 87 f. Monografia(Conclusão de Curso) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Universidade Federal de Goiás,

SILVA, Helena JAMBEIRO, Othon Lima, Jussara; Brandão, Marco Antonio. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 34, 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=672>>. Acesso em: 03 set. 2008.

TARGINO, M. das G.. Biblioteconomia, informação e cidadania. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149 a 160, jul./dez. 1991.

VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional do profissional da informação bibliotecário: construção social da realidade. *R. Eletr. Bibliotecon. Florianópolis*, n. 24, p. 59-71, 2º sem.2007.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Inteligência Competitiva em Organizações: dado, informação e conhecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Londrina, v.3, n.4, ago. 2002.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro : Record, 1997. P.22-32.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*. Brasília. v.29, n.2, 2000.

APÊNDICE- A– Questionário para os ex-alunos

Práticas Informacionais nos projetos de inclusão digital da Fundação Bradesco de Aparecida de Goiânia

O objetivo da pesquisa é Identificar e analisar a existência das práticas informacionais nos projetos de inclusão digital, como se dá o processo de transferência do conhecimento para a capacitação plena do exercício da cidadania.

1. Ano que participou dos projetos da FB?

2. Tem algum curso superior? Se sim, qual é a duração?

3. Qual é sua idade?

4. Qual é sua profissão?

5. Quais cursos você participou neste projeto de inclusão digital?

6. Está participação no Projeto da FB modificou qualitativamente algum aspecto na sua vida? Profissional ou pessoal.

7. Quais foram os benefícios?

8. No aspecto da informação, houve informação necessária e se sentiu mais cidadã?

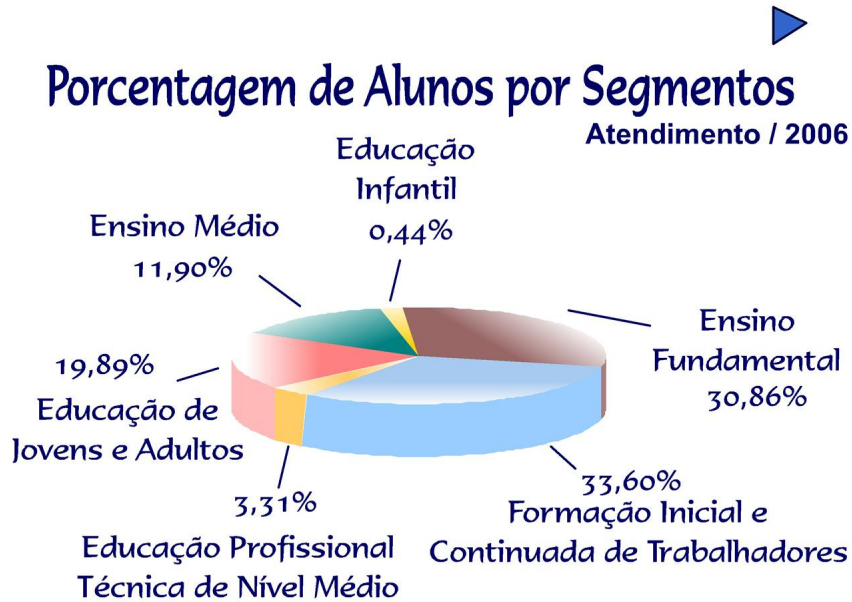
9. E o respeito a alta-estima melhorou?

10. Sua avaliação Fundação Bradesco.

11. O que mais marcou neste *tempo*?

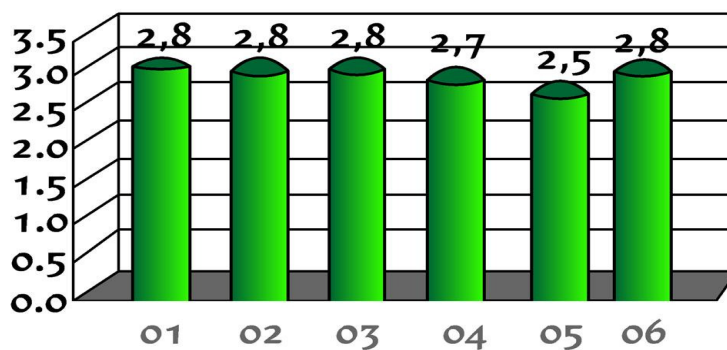
Obrigado!!

ANEXO- A PORCENTAGEM DOS ALUNOS DA FUNDAÇÃO BRADESCO E EVASÃO ESCOLAR NOS ULTIMOS ANOS



◀▶

Índice de Evasão escolar nos Últimos 6 Anos (Percentual)



**ANEXO- B RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO NA FUNDAÇÃO
BRADESCO BRASIL**

